

Breve Cartografia da Discussão sobre Família* / *Brief Cartography Discussion About the Family*

VANESSA MIRANDA GOMES DA SILVA**

Resumo: O presente artigo apresenta o denominado “estado da arte” acerca do debate sobre família. Seu desenvolvimento foi realizado com base no levantamento das publicações abrigadas na base SciELO e nas revistas não indexadas de circulação nacional da área do Serviço Social. Constatou-se que o interesse pela temática família aumentou nos últimos anos, tendo sua abordagem concentrada nos impactos da transformação social na família, sobre a sua relação com o Estado e sua centralidade nas políticas e programas sociais, e sobre as concepções e atribuições utilizadas no cotidiano profissional. Contudo, pelo fato de a família fazer parte do cotidiano de todas as pessoas, a discussão sobre a prática profissional permanece secundarizada.

Palavras-chave: Família, trabalho com famílias, Serviço Social.

Abstract: This article presents the “state of the art” concerning of debate about family. For its development a survey of publications was conducted in SciELO sheltered and non-indexed journals in the field of social work, seeking to characterize the state of the art about the debate on family, along with a field research with a view to ascertaining practice of social intervention. It was found that the increased interest in family theme in recent years, its approach focused on the impacts of social transformation in the family, about its relationship with the State and its centrality in social policies and programs and on the concepts and tasks used in daily life professional. However, it seems that, because of the family is part of everyday life for all people, the discussion about the practice remains sidelined.

Keywords: Family, work with families, Social Service.

* Este artigo representa uma parte da Dissertação de Mestrado intitulada “Família: Referências e Abordagens Preferenciais para Intervenção”, defendida e aprovada em julho de 2011 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Assistente social e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

Nos últimos anos e em diferentes campos do conhecimento, tem sido observado um aumento crescente da produção científica na área da família. Acredita-se que esse aumento esteja associado à centralidade que a família passou a ter nas políticas sociais, a partir da década de 1990, como uma forma de mediação entre as esferas de produção e reprodução social. No âmbito da saúde, especificamente, supõe-se que esse interesse seja decorrente da implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF) pelo Ministério da Saúde, em meados da década de 1990.

Este artigo apresenta os resultados do levantamento realizado na base *SciELO* e nas revistas não indexadas da área do Serviço Social, de circulação nacional, sobre as publicações cujo tema em análise seja a família. Seu objetivo é caracterizar, mensurar e classificar o que se tem denominado de “estado da arte” acerca do debate sobre família, sustentado tanto por estudiosos da área quanto por profissionais da intervenção.

Metodologia da pesquisa

Utilizando a abordagem quantitativa, no primeiro momento, foi realizado um levantamento de artigos publicados na base *SciELO* que apresentassem o termo “família” em seus títulos ou palavras-chave. Por acreditar que as chamadas Ciências da Saúde aportam conceitos e formulações que incidem sobre as Ciências Sociais, a análise não se restringiu apenas aos artigos da área das Ciências Sociais Aplicadas.

Para delimitar o resultado da pesquisa, foram selecionados apenas os artigos publicados no Brasil, escritos em português¹. Ao selecionar, no portal do *SciELO*, a palavra “família” como termo para a pesquisa,

¹ Esta escolha se justifica pelo fato de os profissionais de Serviço Social serem predominantemente monoglotos e/ou se utilizarem de produções em português em número quase absoluto. As evidências para esta afirmação foram baseadas no exame das referências bibliográficas dos artigos publicados em revistas de circulação nacional, produzidas no âmbito do Serviço Social.

foram apresentados 1.018 artigos científicos. Desses artigos, apenas 407 correspondiam ao interesse da pesquisa. Os demais tratavam da gestão da Estratégia Saúde da Família (implantação, funcionamento, atuação dos profissionais, seu impacto em determinada região etc), do Programa Bolsa Família, e de assuntos relativos às chamadas ciências duras².

Tendo sido realizada essa pesquisa bibliográfica criteriosa no portal do *SciELO*, verificou-se a necessidade de ampliar essa busca para as revistas específicas do Serviço Social, de circulação nacional. Entre os motivos, o principal deles foi o fato de, com exceção da revista *Katálysis*, todas as demais revistas da área de Serviço Social não estarem indexadas na base *SciELO*³.

É importante ressaltar que optou-se por caracterizar o “estado da arte” do debate sobre família através da análise de artigos publicados em periódicos - em vez da análise de livros – porque, além de permitir acompanhar a atualidade do debate por sua divulgação em curto espaço de tempo, os artigos são submetidos a critérios de avaliação mais rigorosos para a sua publicação.

Também vale destacar que o recorte temporal delimitado a partir da década de 1990 justifica-se pela promulgação da Constituição Federal em 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, normativas que deram centralidade à família na proteção social dos indivíduos.

O enfoque no Serviço Social foi considerado importante para a pesquisa porque refere-se ao lugar do qual eu falo na condição de assistente social, e pelo fato de a profissão ter a família como um sujeito privilegiado de intervenção desde os primórdios da sua história.

² A busca dos artigos no portal SciELO foi realizada nos meses de Junho a Agosto de 2010 e compreendeu o reconhecimento e garimpo dos textos e a análise do seu conteúdo.

³ No momento do levantamento, a Revista Serviço Social & Sociedade ainda não estava indexada na base SciELO. A revista passou a indexar os seus artigos na base SciELO no ano de 2011. Inicialmente, foram disponibilizados apenas os números 101, 102, 103 e 104, publicados na versão impressa em 2010.

Foram consultadas as seguintes revistas: 1) *Katálysis*; 2) *Serviço Social em Revista*; 3) *Emancipação*; 4) *Textos & Contextos*; 5) *Qualit@s Revista Eletrônica*; 6) *Inscrita*; 7) *Temporalis*; 8) *Debates Sociais*; 9) *Revista Praia Vermelha*; 10) *Revista Em Pauta*; 11) *O Social em Questão*; 12) *Serviço Social & Sociedade*; 13) *Revista Ser Social*; 14) *Libertas*; 15) *Serviço Social & Realidade*; 16) *Cadernos do Serviço Social*.

O critério utilizado para a seleção dessas revistas foi o cumprimento de uma periodicidade para a sua publicação. Com exceção da revista *Serviço Social & Sociedade* - que tem publicação trimestral, todas as revistas são publicadas semestralmente.

O levantamento nas revistas de Serviço Social foi feito na Biblioteca Zeny Miranda⁴, na biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)⁵. Não sendo encontradas todas as revistas, foi necessário acessar o *site* daquelas que estavam disponíveis na Internet.

Dado o período de realização do levantamento, nesta pesquisa são considerados apenas os artigos das revistas publicadas até o primeiro semestre de 2010 (julho/2010)⁶.

Nesse levantamento, foi realizada a contagem de todos os artigos publicados em cada revista e, dentre eles, foram destacados os artigos cujo tema era família. O objetivo era analisar a expressividade desses artigos em relação aos demais publicados. A seleção dos textos foi feita através da leitura de seus resumos e das palavras-chave.

⁴ Sediada no Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), é considerada a mais importante biblioteca brasileira na área de Serviço Social pelo seu acervo de mais de dez mil títulos.

⁵ Não consultamos o acervo das bibliotecas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pelo fato desta não oferecer o curso de Serviço Social no momento da pesquisa; e da Universidade Federal Fluminense, pela distância e tempo que teríamos que dispensar.

⁶ A busca dos artigos nas revistas da área do Serviço Social foi realizada no mês de setembro de 2010, com a colaboração de três alunas de Iniciação Científica (sob a minha supervisão) da Unidade Acadêmica na qual eu estava vinculada na época da pesquisa.

Muitas foram as dificuldades encontradas para a realização desse levantamento. A primeira delas foi encontrar as revistas. Embora o CBCISS seja uma instituição reconhecida pela profissão, a maioria das revistas não está disponível no seu acervo, uma vez que este é constituído por meio de doações, e poucos são os Centros de Pesquisa que enviam seus periódicos para a referida biblioteca.

Uma segunda dificuldade foi encontrar todos os volumes publicados de cada revista. Entre as revistas *on line*, algumas não disponibilizaram todos os volumes para consulta, a saber: *Temporalis*, *Ser Social* e *Serviço Social & Realidade*. Também não foram encontrados todas as edições da revista *Cadernos de Serviço Social*, a qual não está disponível em meio eletrônico⁷.

Com exceção dessas quatro revistas, os volumes (e/ou números) de todas as revistas publicadas foram consultados. Esse levantamento resultou na contagem de 3.465 artigos publicados nas 16 revistas de Serviço Social. Entre eles, 143 tratavam do tema “família”, representando 4% desse total.

O segundo momento de levantamento dos artigos publicados nas revistas de Serviço Social compreendeu a análise do seu conteúdo. Nesta etapa, os artigos encontrados foram classificados a partir dos temas recorrentes. Entre os 143 artigos encontrados, 13 foram publicados antes da década de noventa. Por ser essa a referência temporal, esses artigos não foram analisados.

Foram selecionados para a análise 56 artigos, considerando-se que eles representavam, suficientemente, a amostra encontrada em termos de seu conteúdo. Para a análise dos artigos, foi definido um roteiro indicando os aspectos que deviam ser localizados na leitura, de forma a caracterizar o debate sobre família no Serviço Social. Esse roteiro

⁷ Da revista *Temporalis*, foram consultados nove dos dezessete volumes; *Ser Social*: foram consultados 23 de 25 volumes; *Serviço Social & Realidade*: foram consultados 24 de 35; *Cadernos do Serviço Social*: foram consultados 28 dos 33 volumes.

foi composto dos seguintes aspectos: apresentação de um conceito, definição ou caracterização de família; funções atribuídas à família; valores associados ao ambiente familiar; requisitos associados ao trabalho com famílias e ao profissional que atua junto às famílias; abordagens preferenciais quando se estuda família.

Resultados da pesquisa

Dos 407 artigos visitados no portal *SciELO*, há um expressivo destaque da Psicologia e da Enfermagem no estudo sobre famílias. Os textos produzidos por essas disciplinas representam, respectivamente, 35,1% e 34,2% do total de artigos visitados.

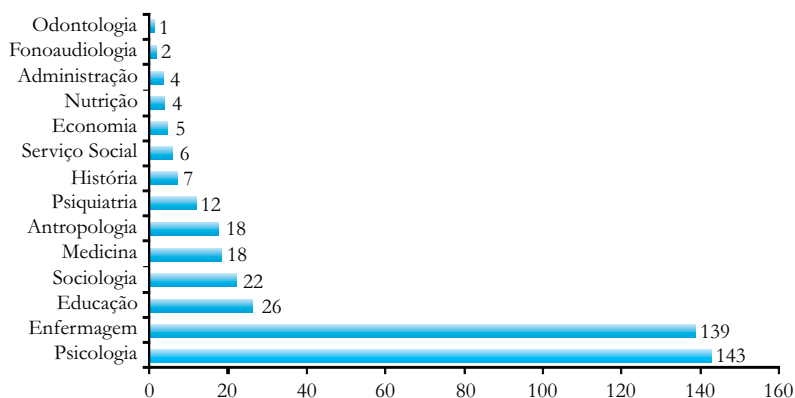


GRÁFICO 1 – Total de artigos sobre família, por disciplina (Base *SciELO*)

Os temas trabalhados nos artigos visitados são os mais variados, desde a relação do profissional com a família do doente até a influência da religião no contexto familiar. No entanto, fatores que “fragilizam” a família representam a principal preocupação dos estudos da área das Ciências da Saúde, tais como: uso de drogas ilícitas, morte, gravidez na adolescência, doença crônica, doença mental, desnutrição infantil, acidente doméstico e violência doméstica contra mulher, idoso, criança e adolescente. Nesses estudos, a vulnerabilidade da família não está

relacionada às questões social e política, mas à convivência com alguma enfermidade.

Os atributos definidores da vulnerabilidade estão relacionados ao contexto da doença que gera incerteza, impotência, ameaça real ou imaginária, exposição ao dano, temor do resultado, submissão ao desconhecido e expectativas de retornar à vida anterior; ao contexto da família com desequilíbrio em sua capacidade de funcionamento, tendo desestrutura, distanciamento, alteração na vida familiar e conflitos familiares; ao contexto hospitalar com conflitos com a equipe, marcado pela falta de diálogo, desrespeito e afastamento de seu papel. (PETTENGILL & ANGELO, 2005, p.987.)

Particularmente na Enfermagem, observa-se uma preocupação em refletir sobre a sua prática e sobre a sua percepção em relação à população usuária, o que é um passo importante para romper os preconceitos.

Na área da enfermagem, as mudanças na formação procuraram dar conta de uma intervenção que reconheça a existência de dois sistemas de saúde, o profissional e o popular, e que também compreenda as diferenças culturais e procure preservar o cuidado já conhecido e utilizado pelo cliente. Isto possibilita um cuidado mais congruente com as reais necessidades do indivíduo e sua família. Com as mudanças na forma de ensinar enfermagem abrem-se novas perspectivas também para o exercício dessa profissão, que passa a valorizar não só a inserção da família como recurso de assistência ao indivíduo, mas também a própria família como objeto de trabalho e de investigação. Os resultados dessas mudanças têm sido observados em diferentes segmentos, inclusive em relação à produção do conhecimento. (MARCON, 2006, p. 22.)

Na Psicologia, pode-se perceber que o interesse por determinado tema relaciona-se à inserção do profissional no campo. Por exemplo, os estudos elaborados por profissionais que estão inseridos na ESF versam sobre a assistência à família, sobre as configurações familiares, a rede social para idosos, violência doméstica, importância da família no tratamento da doença, do uso abusivo do álcool e das drogas ilícitas. Enquanto os outros profissionais da área procuram estudar a família

dando destaque a seus atributos: lugar de cuidado e subjetivação infantil; célula-tronco da sociedade; responsável, através do papel da mãe, pela transmissão de valores morais, princípios éticos, cultura e educação.

O número total de artigos publicados pelas disciplinas Sociologia e Antropologia representa 9,8% dos artigos visitados. Seus estudos sobre a família têm um viés mais politizado: os temas centrais são as transformações ocorridas na família como consequência da reestruturação produtiva; novas tendências e padrões de organização familiar, parentalidade e homossexualidade; o papel da família como mecanismo de proteção social; questão de gênero, entre outros.

O Serviço Social não tem expressividade nas publicações disponibilizadas na base *SciELO*, o que, em um primeiro momento, não pode significar que essa profissão não se interessa pelo assunto. É importante destacar que poucas revistas da área do Serviço Social são indexadas, o que torna incipiente a sua presença neste meio eletrônico.

Dos 407 artigos pesquisados, apenas seis (1,5%) eram da área do Serviço Social. Entre os temas pesquisados, está a feminização da pobreza (conceito trabalhado quando se discute as famílias monoparentais); vulnerabilidade da família e perfil socioeconômico dos pacientes e familiares.

Ao concentrar a pesquisa nas revistas específicas da área do Serviço Social, foi encontrado o mesmo resultado em relação às produções dessa disciplina. Dos 3.465 artigos publicados até Julho de 2010, apenas 143 discutiam a temática família, ou seja, apenas 4% do total.

QUADRO 1 – Número de artigos publicados, por revista

REVISTA	TOTAL GERAL	TOTAL FAMÍLIA
Serviço Social & Sociedade	867	43
Debates Sociais	433	10
Serviço Social & Realidade	254	13
Katálysis	236	12
Serviço Social em Revista	200	4
Textos & Contextos	191	6
Qualit@s Revista Eletrônica	185	0
Praia Vermelha	163	3
O Social em Questão	163	17
Emancipação	136	5
Em Pauta	123	8
Libertas	121	3
Cadernos de Serviço Social	113	13
Ser Social	100	6
Inscrita	92	0
Temporalis	88	0
Total	3465	143

Em termos absolutos, a revista *Serviço Social & Sociedade* aparece como a que mais publicou artigos sobre família (43 artigos). Porém, se compararmos esse dado com o número de artigos publicados por essa revista que versam sobre outras temáticas, verificaremos que esse quantitativo não é expressivo – representa 5% do total da produção desse periódico.

A produção da referida revista aparece em destaque pelo fato de estar há mais tempo no mercado – desde 1979, perdendo apenas para a revista *Debates Sociais*, que está em circulação desde 1965 (embora apareça em 2º lugar em relação ao número de artigos publicados). Além disso, em 2002, a editora Cortez, responsável pela revista *Serviço Social & Sociedade*, lançou um volume especial sobre família, aumentando relativamente a concentração de publicações sobre a temática.

Em termos percentuais⁸, observa-se que as revistas que publicaram mais artigos sobre família foram *Cadernos de Serviço Social* (12% de sua produção) e *O Social em Questão*⁹ (10% de sua produção), ambas da Pontifícia Universidade Católica - PUC. Nessas revistas, os principais temas trabalhados são violência doméstica, direito à convivência familiar e comunitária, concepções sobre família e trabalho com famílias.

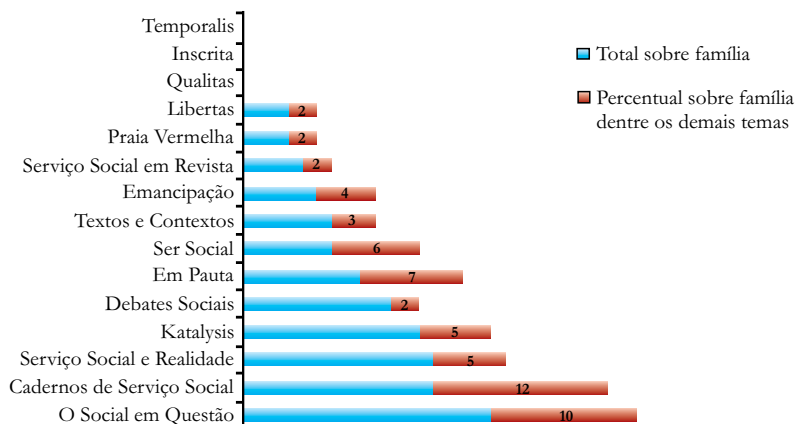


GRÁFICO 2 – % de artigos publicados sobre família, por revista

Interessante ressaltar que as revistas *Inscrita*, organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e *Qualit@s*, revista eletrônica da Universidade Estadual da Paraíba, não têm publicação sobre família. Resultado semelhante foi encontrado na revista *Temporalis*, organizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Não foi encontrada publicação sobre famílias nos nove volumes pesquisados (dentre os dezessete existentes)¹⁰.

A discussão (ou a não discussão) da temática da família hoje no Serviço Social brasileiro revela de maneira contundente um dos grandes

⁸ Esse cálculo foi feito com base na comparação entre o número de artigos cujo tema em questão fora a família e o número de artigos publicados pela revista desde o início de sua circulação.

⁹ Em 2005, a revista lançou um volume especial sobre família.

¹⁰ Pelo fato de a revista não estar disponível na Internet, não foi possível consultar todos os seus volumes.

impasses da profissão, que é a relação teoria/prática. Ou seja, o fato de os assistentes sociais terem a família como objeto de intervenção, ao longo da história da profissão, não lhe garantiu uma discussão teórica condizente, nem ao menos em termos numéricos.

Regina Célia Miotto, pesquisadora que se destaca na discussão sobre o trabalho do Serviço Social com famílias, demonstra preocupação em relação à ausência de debate. Segundo ela,

nesse descompasso, passamos a assistir uma ‘migração’ dos assistentes sociais para a busca de referências teóricas alheias às novas referências teórico-metodológicas da profissão. Desde o final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, houve uma grande incorporação da chamada Terapia Familiar de orientação sistêmica na prática dos assistentes sociais brasileiros, particularmente aqueles vinculados à área de saúde mental. (2010, p. 04)

Como consequência, em uma pesquisa realizada por Miotto (2004), verificou-se que as ações dos assistentes sociais junto às famílias, de maneira geral, estão marcadas

pela ausência de discriminação quanto à natureza das ações e pelo uso de uma linguagem de senso comum em detrimento de uma linguagem técnico-científica em relação à prática profissional; pela utilização de categorias de análise sem o devido conhecimento ou discernimento quanto às matrizes teóricas às quais estão vinculadas; pela articulação explícita entre referências teóricas e ação profissional que aparece quando o assistente social tem uma formação específica na área da família; pelos processos de intervenção com famílias pensados apenas no âmbito do atendimento direto. (p. 3-4)

Caracterização do debate

A seguir, serão indicadas as características do debate sobre família, procurando mostrar como a família é conceituada, quais as funções que lhe são atribuídas, os valores que são evocados, os requisitos exigidos

no trabalho com esse grupo social e as abordagens preferenciais ao estudá-la.

- *Apresentação do conceito de família*

A família, foco de atenção das políticas públicas, é tida como campo de análise, investigação e intervenção. Entretanto, não existe um consenso em relação a sua conceituação. Encontramos concepções baseadas na sua configuração, que afirmam ser um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de relações.

(...) vale reafirmar que o conceito de família é polissêmico, com várias acepções. No sentido mais restrito, ele se refere ao núcleo familiar básico. No mais amplo, ao grupo de indivíduos vinculados entre si por laços consanguíneos, consensuais ou jurídicos, que constituem complexas redes de parentesco atualizadas de forma episódica por meio de intercâmbios, cooperação e solidariedade, com limites que variam de cultura, de uma região e classe social a outra. Nas sociedades contemporâneas ocidentais, o modelo arquetípico é a família conjugal tradicional, constituída pelo casal e seus filhos não emancipados, e que residem em um domicílio independente. (CARVALHO & ALMEIDA, 2003, p. 111)

Também foi possível encontrar estudos que priorizam vê-la segundo suas funções, considerando-a como elemento básico da sociedade, além de ser o ambiente natural para o crescimento e bem-estar de seus membros. Nesse caso, há um foco particular nas crianças, que devem receber a proteção e a assistência necessárias para se desenvolverem plenamente. Isso significa que ela é, então, considerada como primeiro ambiente socializador, responsável pelo cuidado e sobrevivência da geração mais nova, bem como pela transmissão de valores, estabelecendo os relacionamentos e as condições para a formação da personalidade da criança e de sua visão de mundo.

(...) Apesar dos possíveis conflitos, a família, no entanto, é a única em seu predomínio desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos seus seres, sobretudo durante a infância e a adolescência” (NAVARINI & HIRDES, 2008, p. 681)

E, finalmente, a família também é considerada um ambiente da efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação, ficando atribuída aos adultos a tarefa de zelar pelo seu cumprimento.

Representando a forma tradicional de viver e uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, a família operaria como espaço de produção e transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas. (CARVALHO & ALMEIDA, 2003, p.109)

Embora seja frequente a idealização e sacralização da família na sua conceituação, foi possível encontrar autores que reconhecem a complexidade do fenômeno “família”: *“podemos encarar a família como uma prisão ou um lugar de abrigo. Um espaço de trocas ou de isolamento coletivo. Um agente de mudanças ou um dispositivo de alienação.”* (VILHENA, p. 47)

Há o reconhecimento dos novos arranjos familiares, inclusive com ênfase nas famílias homossexuais.

Nunca existiu ‘a família’ e, hoje, principalmente, o que há são ‘famílias’. As transições ocorridas nos âmbitos cultural, econômico, político e social têm afetado essa instituição de uma forma, talvez, jamais vista na História. Entre elas, elencamos: as mudanças demográficas, em especial a maior longevidade humana; a participação crescente da mulher no mercado de trabalho; o divórcio e as organizações familiares distintas da família nuclear tradicional; o controle sobre a procriação a partir dos anticoncepcionais; as transformações ocorridas nos papéis parentais e de gênero. (AMAZONAS & BRAGA, 2006, p. 177-178)

Entretanto, implicitamente, há uma idealização do tipo de família que oferece melhor proteção – a família nuclear conjugal. A

concepção idealizada de família nuclear acaba por gerar percepções de desajuste e incompetência, incorporada por pessoas que vivenciam composições familiares diferentes do modelo apresentado como correto, especialmente aquelas em situação econômica menos favorecida. Como consequência, fala-se em “crise da família” como sendo resultado da diversidade de configurações familiares.

Há poucas décadas, não existiam dúvidas para responder a pergunta: Quem é da tua família? Os laços de consanguinidade e parentesco eram parâmetros que definiam com precisão a configuração familiar da maioria das pessoas. Com o passar do tempo, determinados fenômenos sócio-políticos e o avanço da tecnologia, entre outros, trouxeram maiores níveis de complexidade na definição da configuração do grupo familiar. (WAGNER & LEVANDOWSKI. 2006, p. 88)

O consenso existente sobre as transformações da família tem se concentrado apenas nos aspectos referentes à sua estrutura e composição, pois as expectativas sociais sobre suas tarefas e obrigações continuam preservadas. Ou seja, espera-se um mesmo padrão de funcionalidade das famílias, independente do lugar em que estão localizadas na linha de estratificação social, padrão este calcado em postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e materno, principalmente.

- *Funções atribuídas à família*

Na análise dos artigos, foram encontrados três perfis de discussão. No tocante às funções, alguns autores enfatizam a importância da família como instância de socialização primária; outros a incorporam no sistema de proteção social; e outros fazem crítica à centralidade da família.

É comum entre pesquisadores e estudiosos de diversas áreas o reconhecimento da família como um espaço privilegiado de socialização, de práticas de tolerância e divisão de responsabilidades e lugar inicial para o exercício da cidadania. A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e de proteção integral

dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como esteja estruturada.

Nos artigos publicados por profissionais da área da saúde, predomina o entendimento de que a família deve participar do cuidado da saúde dos seus membros - sobretudo daqueles considerados mais frágeis, como a criança e o idoso, atribuindo-se à mulher um papel central no exercício dessa função.

(...) a família deve ser considerada como unidade cuidadora e de cuidado, um espaço social no qual seus membros interagem, trocam informações e, ao identificarem problemas de saúde, apoiam-se mutuamente e envidam esforços na busca de soluções dos mesmos. Logo, a família é provedora de apoio e suporte de cuidado, quando uma enfermidade acomete algum de seus integrantes. (BIELEMANN. 2009, p. 133)

Essa responsabilização da família, quanto aos cuidados de seus membros, é sustentada cultural e socialmente por concepções acerca do adequado desempenho de papéis dos seus membros responsáveis, sendo que os baixos resultados quanto a essas expectativas para as mulheres, facilitados pelas condições adversas e desiguais oferecidas pelo sistema econômico e pela proteção social, tendem a propiciar a culpabilização e reforçar sensações de desigualdade e fracasso no interior do grupo familiar.

Outra definição é a que concebe a família como importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos a partir do cumprimento das funções de redistribuição interna de recursos e encobrimento das insuficiências das políticas públicas.

O exercício vital das famílias é semelhante à missão desenvolvida pelas políticas públicas. Ambas visam dar conta da reprodução e proteção social dos grupos que estão sob sua tutela. É bom lembrar que tanto a família quanto o Estado são instituições imprescindíveis ao bom funcionamento das sociedades capitalistas. Alguns bens e serviços

dependem da família pela via de sua condição de provedora de afeto, socialização, apoio mútuo e proteção. (CARVALHO, 2005, p. 42)

Por fim, também encontramos, na discussão sobre família e sua relação com o Estado, autores que questionavam o seu papel como *locus* privilegiado de superação da “questão social”.

À família, portanto, não cabe resolver isoladamente o conjunto de papéis e responsabilidades que a ela são atribuídos pela sociedade. A reprodução social dos indivíduos não deve ser vista como algo estritamente privado, mas, sim, de interesse relacional para o Estado e sociedade civil – a menos que se trate de uma interpretação casuística, por demais conveniente à programática neoliberal. (SALES, 1997, p. 193)

Interessante notar que ao se criticar a centralidade da família nas políticas sociais, faz-se a partir da constatação da privação de recursos materiais para se assumir a responsabilidade de proteção. Fica a questão: apenas a esfera econômica é suficiente para as famílias se caracterizarem como protetivas?

- *Valores associados ao ambiente familiar*

A idealização do ambiente familiar não é particular ao senso comum. Independente dos arranjos familiares, é recorrente a percepção da família como lugar da união, da proteção, segurança e sustentação.

(...) A família é um espaço que contribui na construção de seres humanos confiáveis, responsáveis pelos seus atos a partir da construção de uma consciência social, onde os sujeitos vivem plenamente suas emoções, rompem com a solidão. (BELLINI, 2002, p. 8)

Porém, não somente os aspectos positivos da família são destacados. Em alguns estudos, constatou-se a associação entre a ocorrência de adversidades (tais como o baixo desempenho escolar, violência doméstica, uso de drogas ilícitas por adolescentes e desnutrição infantil) a determinadas características que consideram configurar a

família como desestruturada, como a instabilidade conjugal, o conflito entre os pais, a pobreza e o alcoolismo.

(...) A violência familiar tem sido percebida como resultado de características individuais, contextuais e ambientais que, se presentes, aumentam a sua possibilidade. Várias características podem moldar os padrões e variações nas taxas de violência intrafamiliar, ainda que não necessariamente definam quem se tornará perpetrador ou vítima. São citadas as idades, o estado civil ou a personalidade de indivíduos; hábitos de vida como o abuso de álcool e drogas ilícitas, a inserção social da família envolvendo baixa renda, pouca escolaridade e desemprego; ou ainda o papel de gênero nas relações familiares – quer presentes, quer históricas nas famílias de origem. Ademais, é possível que diferentes conjunções de características impliquem em uma variação na frequência da violência conjugal e contra filhos também como eventos concomitantes. (REICHENHEIM & MORAES, 2006, p. 597)

O modelo ideal de família ainda está sedimentado no imaginário coletivo e subsiste, muitas vezes, como um sistema de controle que se expressa por meio dos mecanismos de preconceito, exclusão e discriminação. Se ele subsiste no plano das representações sociais, é porque representa, sobretudo, um modelo ainda legitimado e necessário.

- *Requisitos associados ao trabalho e ao profissional que trabalha com famílias*

Diferentes concepções de família estão presentes no cotidiano da prática profissional e determinam diferentes formas de intervenção e diferentes resultados. Na análise dos artigos, foi possível encontrar algumas indicações para o trabalho com famílias.

Alguns autores enfatizam a importância de se romper com os ideais pessoais de família para se evitar uma intervenção social com preconceitos. Szymanski (*apud* CALDERÓN & GUIMARÃES, 1994) alerta que, no cotidiano, deve-se estabelecer uma cisão entre a família pensada e a família vivida. A família pensada é tida como a certa, a

boa, a desejável; enquanto a família vivida se refere aos modos de agir habituais dos membros de uma família, às vezes visto como um desvio de um modelo “estabelecido” de se viver.

O desejável, apesar das mudanças, ainda é a velha fórmula conhecida como da família nuclear, heterossexual, monogâmica e patriarcal, vendida pela mídia por meio da imagem do casal feliz em uma união estável, filhos amorosos, vivendo o cotidiano com divisões sexuais de papéis e obrigações claramente definidas. Conflitos são permitidos nesse roteiro, mas nada que o amor e a solidariedade entre seus membros não possa resolver.

(...) Tudo isso leva-nos a inferir que quaisquer considerações e medidas políticas relacionadas à família no estágio atual do desenvolvimento histórico têm que ultrapassar a visão idílica de um modelo de família nuclear composto de pai, mãe e filhos como o que existia há 50 anos. Ademais, é preciso ressaltar que essas mudanças não devem ser encaradas como tendências negativas, muito menos como ‘doenças’ ou sintomas de ‘crise’. (PEREIRA, 1995, p. 107)

Gueiros (2010), ao discutir as intervenções no âmbito do Serviço Social, afirma que as demandas apresentadas pela família devem ser analisadas dentro de uma perspectiva de totalidade, ou seja, deve-se compreender que as demandas da família são expressões de necessidades decorrentes especialmente da desigualdade social própria da organização capitalista e, portanto, não pode ser tomado como um problema de família.

Nesse sentido, é imprescindível afastar a ideia de que o trabalho com famílias pode ser realizado de forma “empírica e aleatória”; ao contrário, pressupõe um referencial teórico-metodológico que possibilite investigar, compreender e agir junto às questões sociais e conflitos relacionais vivenciados pelo grupo familiar.

Como requisições básicas para o trabalho com famílias estamos considerando, nesse momento, a delimitação de determinada concepção

de família e de suas relações com a proteção social, pautadas nos fundamentos teórico-metodológicos da vertente crítico-dialética para se desdobrar numa prática profissional com suficiente ‘consistência interna’ guiada pelos princípios ético-políticos do Código de Ética dos assistentes sociais. (MIOTO, 2010, p. 167)

Segundo Mioto (2010), partindo dessas indicações para o trabalho com famílias é que se torna possível a construção de metodologias de trabalho. Metodologias essas entendidas como opções realizadas pelos profissionais por determinadas formas de condução das ações profissionais em determinado momento, tendo em vista a efetivação de determinados objetivos e finalidades.

Em uma síntese, Toledo (2007) aponta os desafios que precisam ser enfrentados e superados no trabalho direto com famílias, com vistas à garantia de seus direitos. Entre eles, o desafio de superar a armadilha do modelo pensado como orientador da ação e a visão de família apreendida enquanto sujeitos individuais ou a partir do membro-problema.

• *Abordagens preferenciais*¹¹

Observamos frequência em torno das seguintes abordagens¹²: gênero, adoção, relações contemporâneas/transformações na família, política ou programa com foco na família, Serviço Social e o trabalho com famílias, violência doméstica, institucionalização e direito à convivência familiar e comunitária, trabalho, concepções e atribuições da família, saúde mental e drogas.

Entre esses, os que mais se destacaram foram: Relações contemporâneas e transformações na família; Política e programa com foco na família; Concepções e atribuições da família; e Serviço

¹¹ Essa classificação foi feita através da leitura dos resumos, palavras-chave e, nos casos selecionados, dos textos completos.

¹² De acordo com a discussão, os artigos foram classificados em mais de uma abordagem.

Social e o trabalho com famílias. A revista *Serviço Social & Sociedade* apresentou o maior número de artigos que discutiam família a partir dessas abordagens.

Os artigos que problematizam a centralidade da família a partir do papel tradicional das mulheres na esfera doméstica foram agrupados na categoria “gênero”. Esse tema foi trabalhado em catorze artigos, com mais frequência nas revistas *Serviço Social & Sociedade* (4 artigos) e *Ser.Social* (3 artigos).

Embora a adoção seja um mecanismo utilizado para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, optamos por separar a sua classificação pelo fato do tema envolver aspectos particulares. Dos 143 artigos encontrados, 12 discutiam a temática “adoção”.

Os que abordavam os impactos das transformações societárias na família e suas novas configurações foram agrupados em “Relações contemporâneas e transformações na família”. Na verdade, todas as discussões sobre família são perpassadas por esse enfoque, visto que há um consenso em torno do reconhecimento das transformações pelas quais a família tem sofrido, o que nos leva a concluir que, na atualidade, não se pode mais falar em família (no singular), mas em famílias, de forma a abranger todas as configurações existentes. Entretanto, para manter uma categorização, separamos aqueles que tratavam explicitamente esse assunto, totalizando 35 artigos encontrados.

A classificação “Políticas e programas com foco na família” foi o segundo tema que mais apareceu. Entre os artigos pesquisados, 32 versavam sobre a temática. Supõe-se que esse resultado tenha relação com o perfil das políticas sociais brasileiras a partir da década de 1990, quando a família ganha destaque em seu papel de parceira na proteção social dos indivíduos.

O tema “Serviço Social e o trabalho com famílias” é abordado por nove das dezesseis revistas pesquisadas, entre elas a revista *Serviço Social &*

Sociedade (com 7 artigos) e a *Cadernos de Serviço Social* (com 4). Entretanto, conforme afirma Mioto (2010), a discussão sobre a intervenção com famílias no âmbito do Serviço Social ainda é incipiente.

Atualmente, a violência na família, especialmente contra a criança e o adolescente, tem presença constante na agenda das questões sociais. Dessa forma, muitas vezes a família, em vez de ser um “refúgio seguro”, é o lugar que coloca em risco a segurança física e emocional de seus membros. “Violência doméstica” apareceu como uma abordagem preferida da revista *O Social em Questão*.

Na categorização, agrupamos a abordagem “institucionalização” com a do “direito à convivência familiar e comunitária” por entendermos que as discussões, a partir desse enfoque, não colocam a institucionalização como uma alternativa à família, mas como uma medida secundária de proteção. Nesse grupo, também estão incluídos os artigos que discutem a questão dos jovens em conflito com a lei. Observou-se que essa abordagem não tem muita expressividade. Das dezesseis revistas, apenas sete publicaram artigos sobre o tema, totalizando 18 artigos.

No grupo “trabalho”, foram incluídos os artigos que discutem as repercussões das transformações nas relações trabalhistas para a organização das famílias. Nas cinco revistas que abordam a temática, foi encontrado um total de cinco artigos.

A abordagem “Concepções e atribuições da família” foi a terceira mais encontrada nos artigos pesquisados, com trinta artigos sobre a temática, distribuídos em dez revistas. Assim como a discussão a respeito das transformações ocorridas na família, o debate encontrado nos artigos, em geral, apresenta as concepções de família, seja aquela elaborada pelo autor ou aquela tomada como referência na análise.

Por fim, quanto à abordagem “Saúde mental/transtornos e drogas”, observou-se que esse tema não é de interesse dos autores da área do Serviço Social. Nos artigos analisados, somente foi contemplado

por dois. Esse resultado difere daquele encontrado na pesquisa realizada na base *SciELO*, onde predomina essa preocupação, particularmente em virtude do destaque das produções na área das Ciências da Saúde.

Considerações finais

O exame das publicações com o foco na família permitiu considerar alguns aspectos acerca da centralidade desta temática, do seu potencial de articular teoria/prática e das estratégias técnico-operativas a elas associadas. Através dessa pesquisa, foi possível constatar:

- a) um aumento crescente nos últimos anos da produção acadêmica sobre família proveniente, sobretudo, das Ciências da Saúde;
- b) pouca expressividade do tema na área de Serviço Social, se comparado com os demais temas de interesse produzidos nesta área;
- c) as transformações por que passaram as famílias na contemporaneidade estão combinadas com a manutenção de referências tradicionais, em termos da sua função social e da divisão interna de funções e atribuições;
- d) a centralidade da família é ameaçada pela privação material, como se essa fosse a condição suficiente para torná-la protetiva. Essa interpretação ao mesmo tempo em que sugere que a condição de pobreza desqualifica a família, a naturaliza como o espaço ideal para o desenvolvimento dos indivíduos;
- e) a dimensão técnico-operativa não comparece com o mesmo peso que as questões de cunho mais sociológico e/ou demográfico que exploram as mudanças no perfil das famílias brasileiras;
- f) as abordagens preferenciais estão concentradas na discussão sobre as transformações societárias que incidiram na família;

sobre a sua centralidade nas políticas e programas sociais; sobre a intervenção junto a esse grupo social e sobre as concepções e atribuições tomadas como referências no cotidiano profissional.

Submetido em 13 de dezembro de 2012 e aceito para publicação em 02 de setembro de 2013

Referências

- ALENCAR, M. M. T. de. Família no Brasil dos anos 90: a precariedade nas condições de vida e de trabalho. *Em Pauta*, N° 16, p. 65-78, Jan-Jun/2000.
- ÁLVARES, L. de C. e FILHO, M. J. O Serviço Social e o trabalho com famílias. *Serviço Social & Realidade*, V. 17, N° 2, p. 9-26, 2008.
- AMAZONAS, M. C. L. A & BRAGA, M. G. R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora*, V.9, N° 2, p. 177-191, Jul/Dez 2006.
- BELLINI, M. Y. B. A família como metáfora da fraternidade. *Textos & Contextos*, N° 1, ano I, Novembro/2002.
- BIELEMANN, V. L. M. *et al.* A inserção da família nos centros de atenção psicossocial sob a ótica de seus atores sociais. *Texto Contexto Enfermagem*, V. 18, N° 1, p. 131-139, Mar/2009.
- BRANT, M. do C. A proteção social destinada às famílias brasileiras. *Serviço Social & Sociedade* N° 42, p. 68-77, Agosto de 1993.
- CALDERÓN, A. I. e GUIMARÃES, R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico. *Serviço Social & Sociedade* N° 46, p. 21-34, Dezembro de 1994.
- CAMPOS, M. S. e MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. *Ser Social*, V. 5, N° 12, p. 165-190, Jan/Jun 2003.
- CAMPOS, M. S. e TEIXEIRA, S. M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. *Katálisis*, V. 13, N° 1, p. 20-28, 2010.

CARLOTO, C. M. Políticas públicas, gênero e família. *Serviço Social em Revista*, V.5, Nº 1, Jul/Dez 2002.

CARMO, O. A. do e FILHO, M. J. Da família pensada à família vivida. *Serviço Social & Realidade*, V. 13, Nº 1, p. 55-70, 2004.

CARVALHO, M. C. B. Políticas públicas voltadas para a família: tendências e desafios. *O Social em Questão*, Nº 14, p. 41-52, 2º Semestre de 2005.

CARVALHO, I. M. M. & ALMEIDA, P. H. Família e Proteção Social. *São Paulo em Perspectiva*, V. 17, Nº 2, p. 109-122, Jun/2003.

CASSAB, L. A. e FANTE, A. P. Convivência familiar: um direito à criança e adolescente institucionalizado. *Textos & Contextos*, V. 6, Nº 1, 2007.

CASTRO, M. M. de C. Políticas sociais e família. *Libertas*, V. 8, Nº 2, Jul/Dez 2008.

CERQUEIRA, M.; FIGUEIREDO, D.; MATOS, A.; PIRES, S. e SOUZA, L. Os problemas das famílias multiproblemáticas: comparação da perspectiva dos profissionais e das próprias famílias. *Serviço Social & Sociedade* Nº 76, p. 143-164, Novembro de 2003.

DA SILVA, I. L. R.; DA SILVA, S. B. Direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária: algumas reflexões. *O Social em Questão*, Nº 14, p. 31-40, 2º semestre de 2005.

DE LIMA, A. F. C. & SERRANO, S. A. Guarda compartilhada: aspectos teóricos. *Serviço Social em Revista*, V. 12, Nº 2, Jan/Jun 2010.

FARINELLI, M. R. & MENDES, S. L. de M. Adoção por homoafetivos. *Serviço Social & Realidade*, V. 17, Nº 1, p. 187-202, 2008.

FERNANDES, M. C. T. & DA SILVA, M. A. B. Família: novas demandas, novos desafios profissionais. *Cadernos do Serviço Social*, Nº 24, p. 41, 2004.

FILHO, M. J. A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania. *Serviço Social & Realidade*, V. 8, Nº 1, p. 129-150, 1999.

FRANÇOSO, M. de F. de C. Algumas considerações sobre o trabalho do Serviço Social com famílias. *Cadernos do Serviço Social*, Nº 8, p. 7-11, 1996.

GUEIROS, D. A. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Katálysis*, V. 13, Nº 1, p. 126-132, Jan/Jul 2010.

LEITE, M. A. da C. Modificação da estrutura sócio-econômica do Brasil e seus reflexos na vida familiar. *Debates Sociais*, Nº 56, p. 59, 1º semestre de 1996.

MARCON, S. S. *et al.* Produzindo conhecimento sobre família: a contribuição da enfermagem do Sul do Brasil. *Acta Paulista de Enfermagem*, V.19, Nº 1, p. 21-27, Março/2006

MIOTO, R. C. T. Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares. *Katálysis*, V. 0, Nº 2, p. 20-26, 1998.

MIOTO, R. C. T. Família, Trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, V. 12, Nº 2, p. 163-176, Jan/Jun 2010.

MIOTO, R. C. T. Para que tudo não termine como um “caso de família”: aportes para o debate sobre a violência doméstica. *Katálysis*, V. 6, Nº 1, p. 96-103, 2003.

MONTALI, L. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, V. 17, Nº 2, p. 123-135, Jun/2033.

MORGADO, R. Família(s) e relações de gênero. *Praia Vermelha*, Nº 5, p. 190-215, 2º semestre de 2001.

NAVARINI, V. & HIRDES, A. A família do portador de transtorno mental: identificando recursos adaptativos. *Texto & Contexto - Enfermagem*, V. 17, Nº 4, p. 680-688, Dez.2008.

NEVES, M. de S. e NASSIF, A. C. A precarização do trabalho no Brasil e os seus rebatimentos no cenário familiar: as marcas históricas da violência. *Serviço Social & Realidade*, V. 18, Nº 1, p.147-166, 2009.

NOGUEIRA, M. J. P.; SARTÓRIO, L. V. dos A.; VEIGA, E. C. R.; ARAÚJO, R. do S. S.; MIRANDA, H. N. de. Trabalho com famílias – em busca de um modelo. *Cadernos do Serviço Social*, Nº 11, p. 21-49, 1997.

PEREIRA, P. A. P. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. *Serviço Social & Sociedade* Nº 48, p. 103-114, Ago. 1995.

PETTENGILL, M. A. M. & ANGELO, M. Vulnerabilidade da família: desenvolvimento do conceito. *Latino-Americana de Enfermagem*, V. 13, Nº 6, p. 982-988, Dez. 2005.

REICHENHEIM, M. E. *et al.* Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. *Revista Saúde Pública*, V. 40, Nº 4, p. 595-603, Ago. 2006.

SALES, M. A. Famílias no Brasil e no Rio de Janeiro – alguns indicadores e indicativos para a formulação de políticas sociais. *Em Pauta*, Nº 11, p. 177-203, Dez. 1997.

SANTOS, A. C. de A.; CAVALCANTI, C. P. N.; SOARES, F. C.; RODRIGUES, J. P. E a família, como vai? Um olhar sobre os programas de transferência de renda no Brasil sob a ótica da família. *Praia Vermelha*, Nº 18, p. 30-45, 1º semestre de 2008.

SIGNORINI, H. & MARQUES, M. A. B. Infância e violência doméstica: uma discussão acerca da intervenção na família. *O Social em Questão*, Nº 6, p. 51-68, 2º semestre de 2001.

SONEGO, C.; MUNHOZ, D. E. N. Violência familiar contra crianças e adolescentes: conceitos, expressões e características. *Emancipação*, V. 7, Nº 1, 2007.

TAKASHIMA, G. M. K. O desafio do Serviço Social na construção da cidadania: criança, adolescente e família. *Katálysis*, V. 0, Nº 2, p. 29-40, 1998.

TOLEDO, L. R. Di M. C. A família contemporânea e a interface com as políticas públicas. *Ser Social*, V. 9, Nº 21, p. 13-44, Jan/Jun 2007.

VILHENA, J. de. Da família que temos à família que queremos. A família como base de apoio. *O Social em Questão*, Nº 7, p. 45-62, 1º semestre de 2002.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. *Serviço Social & Sociedade* Nº 71, p. 45-62, 2002.

WAGNER, A. & LEVANDOWSKI, D. C. Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. *Textos & Contextos*, V. 7, Nº 1, p. 88-97, Jan/Jun 2008.